

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra para oferecer ao projeto de decreto legislativo, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, ao nobre Deputado Beto Albuquerque.

O SR. BETO ALBUQUERQUE (PSB-RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, distintos Parlamentares, a mensagem encaminhada pelo Exmo. Sr. Presidente da República objetivando a autorização do Congresso Nacional para o envio de contingente militar brasileiro para Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti tem um único intuito: ofertar a colaboração do Governo brasileiro com o processo de recuperação dos direitos e das garantias democráticas do povo haitiano. Agindo dessa forma, Sr. Presidente, o Governo brasileiro confere efetividade ao que preconiza o art. 4º da Carta Magna, que propugna que, nas relações internacionais, o Brasil atenda à prevalência dos direitos humanos, à defesa da paz e à cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, referência expressa com clareza nos incisos II, VI e IX do dispositivo constitucional que há pouco mencionei.

Quero dizer também que o Brasil está atendendo a um clamor dos países que repartem conosco a América, está respondendo a um apelo da ONU para que colaboremos com o processo democrático haitiano.

O Brasil pretende disputar uma vaga, sim, no Conselho de Segurança da ONU, o que não só do ponto de vista político ou de representatividade é fundamental para o País, como também para, perante as Nações Unidas, conquistar o apoio necessário para enfrentar a fragilidade do Exército brasileiro no que diz respeito à estrutura, como há pouco foi referido pelo nobre Deputado José Thomaz Nonô, Relator da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

O esforço mundial em defesa da paz, da redemocratização dos países e dos direitos humanos em âmbito internacional representa, indiscutivelmente, um passo para integrarmos o Conselho de Segurança da ONU e dessa organização recebermos reciprocidade, a fim de melhorar a capacidade organizativa de nossas Forças Armadas. O Governo confia no Exército, sabe da sua qualidade e importância estratégica, do aprendizado e amadurecimento que adquirirá nessa tarefa internacional. Confiamos no Exército Brasileiro, nos homens que se deslocarão para o exterior. E eles é preciso deixar bem claro não sairão das fronteiras do Brasil antes que o Congresso Nacional delibere sobre a matéria; estão apenas cumprindo o Manual do Exército para os casos de deslocamento. Nenhuma tropa sairá do País se hoje esta Casa não aprovar a decisão política do Governo de incorporar-se às forças de paz da ONU. Se esta Casa rejeitar o pedido, os brasileiros que vestem a farda verde-oliva darão meia-volta, volver, e retornarão ao Rio Grande do Sul.

Fiquem tranquilos os nobres Deputados: nenhum integrante do Exército sairá das fronteiras do País sem homologação do Congresso Nacional. O deslocamento de soldados do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro simplesmente obedece ao que está prescrito no Manual do Exército sobre movimentação de tropas.

Pelo exposto, Sr. Presidente, pela confiança que a Nação tem no Exército, pela tradição pacifista do Brasil, pelo trabalho que vamos realizar, sim, nesse processo de redemocratização, que entende com o papel constitucional das Forças Armadas, voto pela constitucionalidade e, no mérito, pela aprovação da Mensagem nº 205, de 2004, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresento neste momento:

Art. 1º. Fica autorizado o envio de contingente de 1.200 militares brasileiros na Missão

de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em modificação do referido contingente, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de maio de 2004.

É o parecer do Relator, Sr. Presidente.